

# DA RECONTEXTUALIZAÇÃO À TRADUÇÃO: investigando políticas de currículo

---

**Alice Casimiro Lopes**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Brasil

**Erika Virgílio Rodrigues da Cunha**

Universidade Federal Mato Grosso – UFMT, Brasil

**Hugo Heleno Camilo Costa**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Brasil

## Resumo

A noção de recontextualização por hibridismo, proposta por Stephen J. Ball e incorporada aos estudos de currículo no Brasil, tem-se mostrado produtiva frente à noção de recontextualização elaborada por Basil Bernstein. Com o aprofundamento dos registros pós-estruturais, contudo, a noção de recontextualização por hibridismo é desafiada pelo *diférence* associado à tradução. Neste artigo, é privilegiada a análise da tradução, tal como desenvolvida por Derrida e apropriada pela teoria do discurso de Laclau. Concluímos que a tradução pode se mostrar mais potente para compreender e investigar as diferentes significações que as políticas de currículo assumem contextualmente. Simultaneamente, buscamos apontar estratégias da tradução nas políticas de currículo.

**Palavras-chave:** recontextualização, políticas de currículo, tradução, hibridismo, teoria do discurso.

## Abstract

The recontextualisation for hybridism, constructed by Stephen J. Ball and introduced into Brazilian curriculum studies, has been considered more productive than Bernstein's recontextualisation. With the deepness of poststructuralist interpretations, however, the recontextualisation for hybridism is challenged by the *diférence* associated with translation. This paper is concerned with the translation, as developed by Derrida and appropriated by Laclau's theory of discourse. It is concluded that the translation can be more powerful to understand different meanings of contextual curriculum policy. In addition, some strategies of translation in the curriculum policy research are highlighted.

**Key-words:** curriculum policy, hybridism, recontextualisation, theory of discourse, translation.

## **Introduzindo a problemática**

A incorporação ao campo do currículo no Brasil do enfoque teórico analítico desenvolvido por Ball (LOPES, 2004a, 2008, 2011; LOPES e MACEDO, 2011a, 2011b), largamente conhecido como abordagem do ciclo de políticas (BALL, 1994; BALL & BOWE, 1992; BALL, BOWE & GOLD, 1992), tem viabilizado um conjunto de análises que tenta dar conta da complexidade das políticas curriculares. É empreendido um esforço no sentido de romper com a verticalidade de leituras das políticas, seja por filiação estadocêntrica, circunscrição às determinações do mercado ou do capital, seja, no extremo oposto, pela crença na autonomia irrestrita de atores sociais localizados na prática das escolas.

No centro da abordagem de Ball encontra-se a noção de *recontextualização* de Bernstein (1996, 1998). Ball (1998, 2001, 2004) faz menção aos processos de recontextualização assentando a ideia de que a *transferência* de textos e discursos de um contexto a outro potencializa a apropriação, interpretação e reinterpretação de sentidos, constituindo híbridos culturais. Lopes (2005) analisa como a noção de recontextualização por hibridismo enunciada por Ball, ao incorporar enfoques culturais pós-coloniais, altera a abordagem estruturalista de Bernstein<sup>1</sup>, conferindo à recontextualização uma dinâmica mais complexa e nuançada do que aquela prevista pelo autor d' *A estruturação do discurso pedagógico*. O movimento de *transferência* entre contextos cria tensões entre a força reguladora dos discursos, manejada por meio dos textos legais e normatizações sociais, e as reinterpretações textuais emanadas da pluralidade de leitores e de leituras possíveis.

A potência da abordagem de Ball encontra-se no reconhecimento de que a circulação dos textos e discursos implica a circulação de ideias, concepções e valores dos atores sociais que atuam no campo da educação e, por isso, produzem a reinterpretação das políticas para além ou para além do que é suposto por quem escreve os textos e tenta por eles construir regras para as políticas. Os discursos das políticas atuam de forma coercitiva e tentam não apenas estabelecer os limites do que será lido nos diferentes textos políticos, mas tornar clara – supostamente inconfundível – toda proposta educativa. Às análises que insistem em leituras verticalizadas, desenvolvidas à margem da plasticidade dos textos, da condição enunciativa dos sujeitos, suscitando que as políticas resultam na homogeneização dos contextos, Ball contra-argumenta que há imbricação e permanente tensão entre o local e o global. Neste aspecto, Ball (2001) relativiza posições teórico-analíticas mais deterministas e destaca a incapacidade de o global destruir o local, porque as forças que constituem a globalização não encontram contextos idênticos. Avalia que as políticas nacionais, por exemplo, necessitam ser compreendidas como produto de um nexos de influências e interdependências e resultam numa “interconexão, multiplexidade, e hibridização”, isto é, na “combinação de lógicas globais, distantes e locais” (BALL, 2001, p. 102), sugerindo que tentativas de homogeneização serão sempre tensionadas pela heterogeneidade do social que jamais se deixa apreender. Esta entrada abre foco analítico ao entendimento do processo político como não saturado pela esfera econômica, permitindo

destacar o papel da cultura ou dos processos simbólicos na composição do social. Conduz, também, à relativização do papel do Estado, ressaltando sua presença como ente que participa da produção cíclica das políticas, muito embora sem determinar a ação da escola ou mesmo a formulação dos documentos curriculares.

É possível, então, pensar a recontextualização tanto no âmbito institucional escolar quanto no âmbito das comunidades disciplinares e acadêmicas. Propostas curriculares nacionais ou centralizadas, bem como orientações estabelecidas por acordos internacionais, embora visem a estabelecer consensos no trato do currículo na escola, tanto no que diz respeito a sua planificação quanto a uma vinculação ao projeto econômico global, só conseguem se institucionalizar porque negociam com outras demandas entendidas como locais e que não necessariamente têm sintonia com interesses político-econômicos dos projetos em pauta.

Com base nesse modelo analítico, muitos trabalhos foram desenvolvidos em nosso grupo de pesquisa<sup>2</sup> tendo em vista entender como a recontextualização por hibridismo se expressa em diferentes processos nas políticas de currículo. Os trabalhos de Lopes (2002; 2004b) ressaltam como o hibridismo entre tendências teóricas distintas faz com que dimensões críticas das propostas de currículo integrado assumam marcas instrumentais, que por sua vez são submetidas a leituras distintas em comunidades disciplinares diferentes, produzindo novos deslizamentos de sentidos capazes de salientar ou minimizar esses mesmos enfoques instrumentais. Em Tura (2009), encontramos uma análise muito produtiva sobre o hibridismo entre práticas tradicionais e novas formas de abordagem de conteúdos de Ciências, decorrentes da negociação de sentidos que professoras realizam ao buscarem atender orientações curriculares oficiais. Investigações que focalizam a recontextualização de políticas de currículo no contexto da prática (MATHEUS & LOPES, 2011; MELLO, 2011; OLIVEIRA & LOPES, 2008), bem como nas comunidades disciplinares e epistêmicas (ABREU & LOPES, 2008; DIAS, 2004, 2008; OLIVEIRA & LOPES, 2008; SILVA & LOPES, 2007) são potentes em concluir quais mecanismos produzem refrações, resistências e acordos associados à recontextualização por hibridismo, tornando mais complexa a pesquisa sobre políticas de currículo. Tais estudos evidenciam que, ao contrário do que a noção de Bernstein nos faria compreender, não há um sentido negativo associado à recontextualização. Ao hibridizar sentidos de diferentes contextos, a recontextualização, produtora de propostas e práticas curriculares intimamente inter-relacionadas, pode potencializar ou limitar sentidos vinculados a dimensões que possam ser contextualmente consideradas críticas e democráticas.

A despeito da potência de tais estudos, consideramos que a noção de recontextualização por hibridismo pode ser desafiada por um maior aprofundamento da abordagem pós-estrutural. Com isso, são evidenciados limites dessa noção, correlatos àqueles explorados anteriormente em relação à abordagem do ciclo de políticas (LOPES & MACEDO, 2011a). Defendemos que a possibilidade de operarmos no âmbito das múltiplas significações - que tornam os atos de poder, instituintes de um discurso, incapazes de conter de uma vez por todas o campo da discursividade - pode se manter articulada à ideia de hibridismo, mas necessita explorar com mais vigor os registros pós-estruturais no que

concerne aos modos de entender as flutuações de sentidos e a noção de contexto nas políticas. Em nosso entendimento, é pertinente ir além dos enfoques foucaultianos incorporados por Ball<sup>3</sup>, com os quais Bernstein também tem aproximações<sup>4</sup>. É dessa maneira que entendemos ser possível tentar superar tanto as teorias que exploram e reiteram as limitações estruturais e não conseguem teorizar sobre as possibilidades de agência quanto as teorias que, ao focalizarem a ação de mudança social, desconsideram limites impostos à capacidade de os sujeitos operarem para ressignificar o mundo.

A discussão que nos articula neste artigo toma assim como centro a aposta em um trato metodológico nas pesquisas em políticas de currículo buscando considerar a complexidade instauradora de todo tipo de objeto que se possa denominar como “político”. Com Marchart (2007), entendemos o político desde uma dimensão ontológica que transcende aos domínios da política. O político expressa um deslocamento das formas sedimentadas do social constituintes da política institucionalizada, sendo marcado pela compreensão do social como sem fundamentos. Temos buscado operar também com a ideia do poder com um lugar vazio, com a relação constitutiva entre particular e universal, entre diferença e equivalência e a disseminação de sentidos que põe à vista a contingência de toda decisão, a precariedade de todo contexto, a historicidade de toda hegemonia (LACLAU, 2000).

Somos favoráveis à ideia de que tais registros potencializam as pesquisas em políticas de currículo, por intermédio da noção de tradução<sup>5</sup>, concebida no âmbito dos escritos derridianos e incorporada ao estudo das políticas pela teoria do discurso. De forma a defender tal posição, iniciamos este artigo analisando, em uma perspectiva discursiva, a noção de recontextualização por hibridismo, visando, na seção seguinte, a desenvolver a noção de tradução, com Derrida, como mais potente que a recontextualização para o propósito de ampliar, no enfoque pós-estrutural, o sentido de política. Tencionamos assim apresentar um possível quadro teórico para investigação das políticas de currículo que possa aprofundar o enfoque discursivo do caminho investigativo proposto por Ball e ao mesmo tempo reafirmar e ampliar o político no campo curricular.

## **Analisando a recontextualização por hibridismo**

A noção de *hibridismo* é incorporada por Ball aos processos de *recontextualização* considerando, com base em Appadurai (2001), que não há culturas puras, apenas fluxos disjuntivos caracterizados por movimentos constantes e divergentes de ideias, ideologias, pessoas, imagens, tecnologias, eventualmente concebidos como estáveis pela incapacidade de nossos dispositivos para identificar e lidar com o movimento. Tal incorporação ameaça a rigidez analítica de Bernstein (1996, 1998) que postula a separação entre os campos *pedagógico oficial* e *não-oficial* na produção do discurso pedagógico, pressupondo que o movimento de *transferência* consiste na passagem verticalizada de ideias entre *contextos* distintos no âmbito de uma estrutura social fixa. Para Bernstein (1996, 1998), o próprio discurso pedagógico, produzido a partir de processos de *recontextualização*, é definido como um princípio recontextualizador de outros discursos, um princípio capaz de garantir a

modificação do discurso instrucional pelas regras do discurso regulativo.

Da argumentação de que os textos estão sujeitos aos contextos, a princípios reguladores em espaços sociais que operam ideologicamente sobre os sentidos em circulação, presume-se que a passagem de um contexto a outro gera deformação e perda de sentidos. Tal conclusão é construída em uma lógica de linguagem que ainda mantém algum nível de transparência em relação à realidade contextual, vista como exterior ao texto. Permanecem traços da crença na objetividade da linguagem que, de algum modo, se apresentaria em sua forma plena em um contexto original de produção. Nesse sentido, a relação entre significado e significante guarda algum nível de fixidez e a deturpação de sentidos não pode ser outra coisa senão a manifestação de interesses políticos incorporados nos novos contextos em que os discursos transitam.

A noção de *hibridismo* representa um esforço para enriquecer ou tornar menos ortodoxa a *recontextualização* como em Bernstein, chamando atenção para o papel dinâmico e constitutivo do social que a cultura desempenha, apostando-se na não fixidez de sujeitos específicos com tarefas consequentes em contextos pré-concebidos. Ponderamos, contudo, que a ideia de *contextos* em Ball mantém algumas das marcas do pensamento estrutural. Tal ideia ainda guarda traços de uma lógica reducionista do simbólico, na qual a linguagem pode ser avaliada como algo que o contexto subverte, pois convive com uma exterioridade coercitiva. É assim que Ball (2001) insiste em definir que as políticas nacionais são criadas num constante processo de *bricolagem* a partir de fragmentos de proposições, modelos, modismos, testados ou não, fragmentos *transferidos* de um *contexto* específico para outros *contextos*. É o que podemos analisar também quanto ao acréscimo de outros dois contextos ao ciclo de políticas – de resultados/efeitos e de estratégias políticas – que inibe a tentativa de romper com leituras lineares ou verticalizadas das políticas (OLIVEIRA & LOPES, 2011). Este efeito contrário resulta tanto da demarcação, por vezes reforçada pelo próprio autor, do contexto de influência como instância privilegiada de estratégias políticas, como da relação imediata entre os resultados esperados em uma política (efeitos) e a responsabilidade do que é realizado em um terreno demarcado como contexto da prática (BALL et al., 1992). A noção de recontextualização por hibridismo, de transferência de sentidos entre contextos, participa da lógica produzida por Bernstein, ainda de forma associada à posição foucaultiana. Com isso, tende a desconsiderar, na análise das mudanças sociais, as relações entre estruturas simbólicas e sociais (LOPES, 2011).

Ressaltamos que, nas políticas, o movimento ininterrupto de sentidos nem tem origem em uma arena específica, *locus* de atores privilegiados, nem pode ser estagnado por determinações. Sentidos deslizam submetidos à multiplicidade de interpretações, sedimentações. A instabilidade dos sentidos resulta de condensações e deslocamentos operados pela sobredeterminação simbólica atinente ao tecido próprio do qual é feito o social: a linguagem. O social funciona como linguagem, é produção discursiva, sendo o *discurso* o limite de toda objetividade (LACLAU & MOUFFE, 2011).

Temos buscado operar com uma matriz teórico-analítica que confere ao discurso a extensão de toda linguagem possível como produção simbólica, tendendo a não reduzi-lo à força coercitiva e reguladora referida à autoridade de quem pode falar e ser ouvido,

tampouco separando as dimensões discursiva e extra-discursiva das práticas, uma vez que operamos sem referentes extra-discursivos como os modelos analíticos foucaultianos pressupõem. Argumentamos ser mais potente como abordagem teórico-analítica, especialmente por sustentar uma leitura não realista, pensar a política curricular como *produção discursiva*. Com essa abordagem, tentamos problematizar a separação estabelecida por Ball entre política como *texto* e política como *discurso* (BALL, 1994), pela qual o discurso nos moldes foucaultianos operaria como uma estrutura reguladora das possibilidades de produção de sentido e de reação por meio da própria linguagem, enquanto a textualidade, construída por referência a Barthes, expressaria a possibilidade de escape ao discurso. Tentamos, assim, superar a perspectiva aditiva entre texto (escape) e discurso (regulação) na política, pensando em uma dimensão articulada entre regulação e escape. Para tal reconfiguramos tanto a concepção de texto quanto a de discurso.

As implicações da abordagem foucaultiana que impregna a produção de Ball são, a nosso ver, a de se pensar o poder localizado como algo que é também externo ao discurso e, conseqüentemente, a de reforçar certa visão determinista sobre o sujeito na política. É neste sentido que, embora tenha considerado as negociações e disputas entre grupos como constitutivos da política educacional, Ball (2001) identifica de modo recorrente tais processos apenas na “implementação de projetos políticos, não na própria produção desse projeto no âmbito do Estado” e reafirma, portanto, “a separação entre proposta e implementação que a abordagem do ciclo de políticas visa a superar” (LOPES, MACEDO, 2011a, p. 247).

Na tentativa de aprofundamento do enfoque pós-estrutural e simultaneamente por um afastamento dos registros foucaultianos, também repensamos a concepção de texto de Ball. Procuramos operar com o texto em sintonia com o desconstrucionismo derridiano, “(...) um tecido, uma composição heterogênea feita de muitos fios, os quais uma vez entrelaçados implicam múltiplas camadas de leitura” (NASCIMENTO, 2004, p. 15). A textualidade<sup>6</sup> não consiste na propriedade que diferenciaria objetos discursivos de não-discursivos, como aludiu Foucault (1977) ao diferenciar texto e discurso, mas constitui todos os *istos* que tramam os sentidos de todas as coisas que se mantêm ocultos ao primeiro olhar, ao primeiro encontro. Para Derrida (2005), um texto só é um texto se a este primeiro encontro a lei de sua composição e a regra de seu jogo permanecem imperceptíveis. Se um texto *readerly* para Ball (1994) mantém alguma integralidade e força coercitiva sobre os sujeitos, é porque suas bases de análise sugerem vinculação entre significante e significado. Em contrapartida, temos entendido, ao advogar que o social é retoricidade (DERRIDA, 2008; LACLAU, 2011b), que “se há uma unidade da leitura e da escritura, como hoje se pensa facilmente, se a leitura *é* a escritura, esta unidade não designa nem a confusão indiferenciada nem a identidade de todo repouso; o *é* que une toda leitura à escritura deve descosê-las” (DERRIDA, 2005, p. 07, grifos do autor).

A visão derridiana, sustentada por leituras de Heidegger, chama atenção para o papel ilimitado da linguagem na produção contingente e precária dos sentidos conferidos aos objetos. Ao por em primeiro plano os *jogos de linguagem* que se estabelecem na produção do que podemos chamar de realidade, Derrida (2008) dá visibilidade à metafísica

impulsionadora da significação que enclausura nossa forma binária de estar e lidar no/com o mundo. Situa a linguagem, fora de qualquer pretensão de transparência ou referência imediata com os objetos, como modo de significar objetos (objetivar) por *tradução*. Assim, pensamos que os limites da noção de recontextualização por hibridismo encontram-se no modo de apresentar a representação que é própria da linguagem, não problematizando o caráter obrigatoriamente impuro da representação, não-transparente, impossível de ser compreendida como o reflexo de uma vontade constituída em outro espaço que não aquele onde o processo de representar se desenvolve (LACLAU, 2003).

A noção de *tradução*, como a possibilidade de relação entre a linguagem e os objetos que ela nomeia, torna-se potente aos estudos das políticas de currículo ao permitir questionar a noção de representação plena advogada pelos críticos das políticas que cobram sentidos coerentes das práticas, por quem atua (em algum nível) na elaboração de documentos assinados por governos e que, de algum modo, crê que os textos expressem a exata correlação ou correspondência entre o escrito e suas demandas.

Nesse caso, também se opera com outro sentido de política. Política deixa de ser o resultado de uma profusão de sentidos de diferentes contextos, mas passa a ser pensada como constituída por uma gramática cujas regras estão sujeitas a mudanças no decorrer de sua aplicação. A política pode ser pensada com base na noção de *jogos de linguagem* de Wittgenstein, pois “as lógicas são dependentes do contexto” e no contexto de uma política o que é significado depende de regras próprias deste contexto (LACLAU, 2011a, p. 283). Nela, múltiplos contextos são produzidos, porque múltiplos processos de significação se desenvolvem e neles a tradução opera sem cessar.

### **Operando com a tradução**

A noção derridiana de *tradução* consiste em um operador teórico e estratégico potente na análise de políticas de currículo, na medida em que compreendemos *contexto* como um sistema de significação provisório, produzido por antagonismo e exclusão (LACLAU, 2011b). Operar com a noção de *tradução* coordena a investigação com a compreensão dos *jogos de linguagem* ou campos discursivos que constituem o cenário da investigação (um *texto*) a partir de *fiões* tramados na contingência. Abre ao compromisso de neles questionar a *indecidibilidade* que marca o social. Ao mesmo tempo inscreve a impossibilidade (analítica) de tomar os significantes nucleares da política curricular como conceitos, pois são dotados de traços de metáfora, se desviam da origem plena e apresentam algo de tropo, como também de conceito, comparecendo com alguma regularidade e funcionamento que *simulam* a atividade conceitual (NASCIMENTO, 2004, p. 29-30). Neste aspecto, os significantes que logram importância - por repetição, por serem apresentados como princípios ou conceitos fundantes da inovação pretendida em uma política -, podem ser tomados tal como o *phármakon*. *Phármakon(s)*, remédio ou veneno (DERRIDA, 2005), os significantes que estruturam uma política curricular, por não conterem qualquer essência, movem-se sempre como horizonte e sempre escapam à possibilidade de alcance. Remédio e

veneno, porque não nos permitem tangenciar sua origem, seus efeitos, tampouco ter controle sobre eles. Reconhecer o *Phármakon* como a textualização da política é concebê-la como coordenada por significantes que jamais alcançam a estase de sua significação.

A perspectiva de textualização/escrita proposta por Derrida (1991a; 2005) incide em sua preocupação em criticar a secundarização da escrita em relação à fala, ao pensamento. Segundo o filósofo (DERRIDA, 2008), tal secundarização constitui o logocentrismo: privilégio da razão ocidental, das ideias filosóficas, do propósito animado, da intenção, da metafísica da presença. Com isso, Derrida (2005; 2008) propõe pensarmos a escrita como traidora, como suplementação, como promessa de substituição do falante, do pai falante, da origem do discurso. A escrita, pensada aqui como substituta, como suplemento aditivo à falta da presença do discurso vivo, funciona como um puro jogo de rastros (*trace*) (DERRIDA, 2008) e suplementos. É da ordem do “puro significante que nenhuma realidade, nenhuma referência absolutamente exterior, nenhum significado transcendente vem bordejar, limitar, controlar” (DERRIDA, 2005, p.35).

Para Derrida (2005), a escrita trai a suposta intenção, a tentativa de sustentação (ou envio) do pensamento, da razão, da presença, corrompendo e, portanto, constituindo sua crítica à “metafísica da presença”. Tal crítica é postulada na compreensão de que é disseminado um ‘logocentrismo’ ou ‘etnocentrismo’ a partir da escritura alfabética, assim como uma ordem metafísica derivada da escritura fonética. A relação entre o ser e a fala, a fala e a alma, ou a expressão do ser do ente como presença tem no pensamento clássico aristotélico a expressão de uma essência. Trata-se, segundo Derrida (2008), de uma presença requerida pela *phoné*, sustentada pela crença, em Aristóteles, de que não se pode discutir as próprias coisas, mas, no lugar delas, nos utilizamos de seus nomes como símbolos<sup>7</sup>. Esta racionalidade é operada pela crença no vínculo entre a *phoné* e a essência do ser, entre o significado e a alma e, conseqüentemente, ao rebaixamento da *escritura* como a mediação de mediação ou a exterioridade que toma a escrita apenas como o que repete sem saber (DERRIDA, 2008, p.15).

Na reversibilidade pensada/proposta por Derrida, a escrita, como indecível sintomático da *différance*, se doa à infinita substituição, e à substituição da substituição (DERRIDA, 2005), lançando ao juízo a suposição de uma identidade (BEARDSWORTH, 2008). Em outras palavras, a escrita faz a fala e o pensamento, vivos e ofegantes, dizerem o que jamais pensaram em dizer. A perspectiva de escrita de Derrida prescinde do pensamento, do *logos*, pois o mimetiza, o dubla, o *traduz*. Ao extrapolar o suposto pensamento originário, a escrita, como tradução da intenção, por violência, por arrombamento, se desenvolve em um movimento contínuo e subversivo de substituição. A escrita, portanto, como o que tece o/a social/política, é a repetição na adição do suplemento, não tem propriedade alguma, é a “indeterminação flutuante que permite a substituição e o jogo” (DERRIDA, 2005, p. 38).

Em *A Farmácia de Platão*, Derrida (2005) tematiza sobre a escrita apontando para sua possibilidade, ou autonomia, não só em relação a um suposto pensamento originário como na relação com os interlocutores a quem se doa e trai seguidamente. Nesse sentido, o filósofo pontua que mesmo que se tente restituir a comunicação, a tradução não dá conta



disso, não permite o acesso à origem. É possibilitada a disseminação constante dos sentidos do texto, independente do que quer que se faça na relação entre interlocutores/tradutores. Nesse caso, os interlocutores, mesmo permanecendo na unidade do significante, jamais conseguem fixá-lo, não podem estabilizar o texto ou estancar o vazamento de sentidos. Esta é, pois, a condição colocada a todo envolvimento com a vida, com o mundo, com a política: traduzir/escrever, e é a esta perspectiva de tradução/escrita que nos voltamos aqui, como forma de potencializá-la na compreensão da política e dos sujeitos com ela/nela envolvidos.

Entendemos que tanto na teoria do discurso de Laclau como na desconstrução em Derrida, apesar das preocupações diferenciadas desses autores, a perspectiva de toda produção (de si, da política, da vida) está circunscrita à negociação de sentidos com o significante. Não há transparência na linguagem e muito menos se consideram possibilidades de acesso a dada essência, fundamentação ou origem do social, uma vez que essência, fundamento e social não existem como sedimentos a serem alcançados. Mais do que isso, ambos os autores sustentam a ideia de que a iteração e a negociação se colocam por meio da tradução, da tentativa de apreender o outro que escapa, da busca pelo acesso, pela significação da política. Consideramos, então, a leitura/significação de toda política (desde a escrita de seus textos/discursos/práticas) como sendo a tradução dos supostos sentidos sobre significantes privilegiados (supostos estabilizadores de sentido, *tropos* por natureza). A tradução comparece na percolação incessante da discursividade, viabiliza o *surplus* de sentido sobre os objetos da educação. Educar, ensinar-aprender, formar/ar os professores/as, adequar estratégias metodológicas, inovar a avaliação, flexibilizar o conhecimento, humanizar a relação professor/aluno/conhecimento, melhorar a qualidade da educação, dentre outros, são termos que podem ocupar um *ponto nodal* de articulação entre distintos projetos educativos/societários. São significantes/superfícies de inscrição em que são operados/as equivalências produzidas no todo diferencial.

É pertinente problematizar a tradução como operação contaminante e, de forma tenaz, propulsora da política. É contaminante como lei emanada da repetição irredutível dos significantes. A repetição faz lograr a temporalidade de certos sentidos de uma política curricular abrindo para a equivalência de sentidos. A tradução (impossibilidade de uma leitura inequívoca, de que o sentido se repita a cada re/inscrição), no desvio/inviabilidade do sentido exato, possibilita a existência mesma da política pelo que Laclau (2011b) entende por lógica da equivalência. A repetição dissemina diferenças e possibilita a substituição dos elementos retóricos por analogia, permitindo a condensação metafórica de representações na política. Pondo em curso a condensação de elementos diferenciais (demandas particulares, singularidades), a repetição dá margem à ânsia de conter o caos/desordem e viabiliza a política como articulação transitória entre diferenças equivalenciais. É nesta medida que reiteramos que investigar a política desde pressupostos discursivos implica, metaforicamente, lidar com uma ‘fotografia’, um quadro discursivo (texto/contexto de significação) delimitado por antagonismo e exclusão (LACLAU, 2011b), fixo/fechado apenas pelo trato limitado dos tempos verbais empregados nos textos de nossas investigações, onde, ainda que ilusoriamente, demarcamos a refração do tempo-espaco.

A demarcação dessa fronteira/contexto de significação/articulação é o que torna uma política compreensível, permite entender os jogos/embates provisoriamente engendrados entre uma política e o que ela se dispõe a combater/superar. Dito de outro modo, como só há diferenças no social, a significação depende existência de um sistema/contexto cuja exterioridade demarque o que pode ser lido, a possibilidade mesma do sentido. Tal exterioridade é tanto originada deste sistema/contexto quanto o possibilita, na medida em que um de seus elementos é traduzido como o que ameaça, impede a realização plena dos projetos, identidades.

Operar com a tradução na investigação tem nos levado a entender a produção da pesquisa e do conhecimento na impossibilidade do desvelamento, do acesso à verdade. A partir das ideias desenvolvidas por Derrida (2006) em *Torres de Babel*, chamamos a atenção para a tradução como *performance*<sup>8</sup>. A via da *performance* nos possibilita pensar a tradução como não sendo uma opção do sujeito frente ao texto em que se constitui o mundo e a política, mas a possibilidade de significá-los e de existir neles. A *tradução* impõe limites intransponíveis, que impossibilitam ao *tradutor/agente/sujeito* a manutenção e reprodução de uma suposta intenção “original” do *texto*. A *performance* é um ato de comunicação que não se limita essencialmente a transportar dada informação ou conteúdo semântico pertencente a determinado objeto de verdade (DERRIDA, 1991a). A *performance* é uma promessa de fazer algo, mas o prometido jamais será alcançado como projetado, pode ser remetido a outro contexto onde a promessa pode falhar e também produzir sentidos imprevistos (WOLFREYS, 2009).

Quando Derrida (2006) pondera “Babel” como possuidora de um nome próprio, ao mesmo tempo em que questiona se quando falamos “Babel” sabemos o que estamos nomeando, do que estamos falando e ao quê estamos nos referindo, ele insere a crítica à concepção ocidental e metafísica da *tradução/escrita* como operação transparente e consciente do sujeito. Assinala, com isso, sua oposição às ideias logocêntricas de que, na tradução, há locutores e receptores atuando de forma totalizada, consciente e intencional, na sustentação teleológica da unidade do sentido, o que não permitiria que nenhum *resto* (DERRIDA, 1991a) se furtasse à totalização. Ao contrário, Derrida (1991a) pontua que sempre escapa o *resto*, sempre há *disseminação* (DERRIDA, 2001a) escapando às tentativas de fixação do texto, da política, das regras e do horizonte do sentido.

Derrida (1991a) considera a escrita/tradução como uma tentativa constante de reconciliação com ‘a’ intenção, mas que nada mais possui do que *traces*, rastros que marcam sua assimetria e assinalam a ruptura com a intenção, com a impossibilidade de uma compreensão total e com a consciência de dado sujeito como centro organizador. Tal assimetria, segundo Ottoni (1997), é o lugar do inesperado, o espaçamento contingente e necessário para que o falante/tradutor se constitua como sujeito. Não há lógica, no que diz respeito à transcendentalidade do termo, que possa identificar um sujeito a não ser por intermédio de sua performatividade em falar/traduzir (OTTONI, 1997). Há, no vazamento inserido por Derrida com a ideia de *trace*, a perspectiva de que se mobiliza continuamente um trabalho de corrosão através da assimetria, dos restos que escapam à significação. Ressaltamos que esse escapamento não é decorrente de uma vontade intencional de ruptura,

ao invés disso, é resultado do excesso da linguagem por meio do qual o *Real* produz *trace* no sentido, o que reitera a leitura da assimetria como ruptura com a intenção consciente. Essa asserção permite assinalar que somente através do excesso da linguagem, dos restos/*traces*<sup>9</sup> é que se pode conjecturar uma subjetividade do inconsciente, um sujeito que se constitui na tradução da política, do texto em que ela se constitui.

O *trace* (DERRIDA, 1991a), como esse indício da disseminação, expõe a dispersão de uma suposta intenção do falante e acena para a ideia de que o processo de significação é causado na articulação com um *contexto*, que resulta de uma interlocução produzida pela linguagem (OTTONI, 1997). O *trace*, nesse sentido, é um acontecimento, uma irrupção produzida em um dado *contexto*, sendo, fora deste, impossível sua consideração, reprodução ou identificação. Para Derrida (1991a), interessa pensar tais rupturas ou arrombamentos como desencadeando a possibilidade deste jogo constitutivo da escrita (seu caráter suplementar), da significação contextual: uma produção contextual, e não recontextualizada, porque causada pela singularidade contingente do *trace*, destituído de sentido anterior. O *trace* não carrega conteúdo e não respeita nenhuma ordem, não faz referência à intenção ou origem alguma que não seja ao seu próprio acontecimento, seu ineditismo.

É na consideração de tais indecíveis derridianos que focalizamos a tradução como acontecimento, como suplementação, como produção singular de um contexto, a escrita. O contexto aqui é pensado, não como espaço de neutralidade constituído por características ou como algo que possa ser identificado objetivamente, mas como uma estrutura de suposições. Para Fish (1982), Derrida pontua sua ideia de contexto ao afastar-se da visão tradicional, que o concebe como um ‘dado’ no mundo, e acenar para o contexto como uma construção no mundo. É somente através da suposição de que se está na relação com algo, ou de que há algo em comum em dado momento, que se supõem determinadas características (FISH, 1982). É a partir da concepção, por suposição, por significação de algo, que se supõe e se constitui um contexto.

Um contexto é uma construção interpretativa, baseada na suposição de um consenso implícito, mas estruturalmente vago, que tende à tentativa de coordenação do que se deve tratar entre seus limites e/ou a “prosseguir os diálogos no horizonte de uma inteligibilidade e de uma verdade do sentido” (DERRIDA, 1991a, p.350), de modo que regras ou acordos gerais possam se instaurar. Derrida (1991a) pondera ainda que um contexto nunca é absolutamente determinável, não podendo, portanto, jamais ser saturado. Esta não-saturação estrutural decorre da dinâmica de ruptura do próprio contexto. Isto ocorre porque a iterabilidade, que é a repetição e a citação daquilo a que se supõe referir, leva a que, por mais que se busque fidelizar e contextualizar a citação, jamais se consiga manter intacta a significação daquilo se pretende apenas reproduzir. É nessa perspectiva que reiteramos o caráter singular e intenso da tradução como iteração/escrita, tendo em vista seu caráter produtivo e, simultaneamente, sua capacidade de fender pretensões homogeneizantes de escrita/textualização sobre a política. Conceber a iteração/tradução como um meio de articulação e traição irresistível e permanente (em que *tudo* nunca permanece) é pontuar que os contextos são (in)fundados fragilmente, porque constituídos por uma *fé* (DERRIDA,

2007) de se estar tratando da mesma coisa na relação com dado significativo. Fraturados em sua estrutura, pois, a repetição aditiva da *différance* leva à falência os intentos de menção ao referencial, ao que se supõe ser a origem ou o espaço comum do próprio contexto, a esta altura há muito dilacerados pela heterogeneidade dos sotaques sem origem e de seus sentidos disseminantes. Dessa forma, ao mencionarmos o contexto já não estamos nele ou o acessando, mas estamos o adulterando, alterando, traindo, engendrando outros contextos. A referência já é, por conseguinte, ruptura, diferimento, iteração no sentido mesmo da alteridade como irrupção, é outro contexto. Ainda que a delimitação do contexto seja fundamental, esta já sofre interdição pela *différance*, principalmente se considerada a flutuação fundamental que motiva todo signo.

Segundo Derrida (1991b), a iteração, marcada pela *différance*, altera e faz com que algo novo aconteça, contamina a intenção e faz com que todo ato performático/de fala/escrita/tradução expresse algo diverso do que se pretendia dizer. Nessa perspectiva, sustenta-se que todo enunciado está exposto à ruptura contextual. Derrida (1991b) pontua que, ao mesmo tempo em que autoriza, corrompendo as regras e códigos que constitui, a iterabilidade difunde a alteração na repetição, a disseminação na citação.

Derrida (1991a), portanto, pondera a situação do escritor e do leitor como sendo, em relação à escrita, a mesma: ambos estão em uma posição de tradutores/escritores, pois sua produção ocorre isenta de responsabilidade absoluta, de orientação consciente e através da deriva essencial da escrita como estrutura iterativa. A escrita como iteração, que intervém na comunicação excedendo-a, que se desdobra em uma disseminação que jamais se reduz à polissemia, de modo algum pode ser pensada como decodificação hermenêutica ou desvelamento de uma verdade ou sentido originais. A traição, tal como concebida por Derrida, encerrada na/pela escrita não quer, por outro lado, negligenciar a existência da intenção ou da consciência. A intenção tem seu lugar, mas deste lugar já não é capaz de coordenar toda a significação. A intenção, de acordo com Derrida (1991a), não pode jamais estar presente a si mesma e ao seu conteúdo. É a esta “ausência essencial da intenção na atualidade do enunciado, esta inconsciência estrutural” (DERRIDA, 1991a, p.369) que o filósofo francês vai colocar como o que impossibilita a saturação, ou apreensão totalizada, de um contexto. Em oposição à perspectiva de Austin<sup>10</sup>, Derrida (1991a) considera que para que um contexto seja saturável, determinável, a intenção precisaria atuar como sua diretriz dominante, o que lhe colocaria frente à obrigatoriedade, impossível, de ser absolutamente presente e transparente a si mesma e aos outros.

Reconhecer na tradução a subjetivação pelo outro, é acenar para a concepção de que traduzir/escrever/iterar é a possibilidade de acesso de significação mesma da política, do mundo. Toda *tradução*, portanto, é uma produção original que, ao ser desencadeada, ainda que o tradutor pretenda se reconciliar com um suposto sentido anterior, ela já o corrompeu, cabendo-lhe à suplementação como sentença final, como a possibilidade de expressão e continuidade. Por esta razão, Derrida (2006) afirma que o *texto* vive uma regeneração constante pela *tradução*, o que sustenta a idéia de que toda *tradução* não passa de uma tentativa de aliança e uma promessa. Essa tarefa impossível, ao mesmo tempo em que imputa ao tradutor uma culpabilidade infinita, também o absolve instantaneamente, pois

não se pode fazer mais nem menos do que se faz.

Nascimento (2004) argumenta que, para Derrida, nem a verdade nem a falsidade são elementos de coordenação ou orientação de sua atividade de pensar a *escrita* e a *tradução*. Antes, importa entender a leitura/tradução como produtora de sentido, de discurso, como prática de subjetivação. A *tradução/textualização/escrita* seria, então, a aceitação ao compartilhamento, à negociação, ao trânsito e à abertura de canais de comunicação na direção do *outro*. E, justamente por esta lógica, os significantes não têm sua unidade garantida, não têm um centro reconhecível, ainda que as tentativas de gerá-los jamais cessem. A alteridade sempre irrompe de modo singular, interpelando a identidade a decidir, traduzir, suplementar, continuar a escrita. É ter em mente que ante à textualização do mundo e ao esvaziamento/ruptura dos contextos, dos significantes, e à simultaneidade das demandas mobilizadas pela busca em responder aquilo sobre o que não se tem conhecimento, por aquilo que não é da ordem do cálculo, por dizer *sim* pela segunda vez (DERRIDA, 1991c), é que iteramos sobre a política, sobre a vida, sobre a escrita, traduzindo um texto contínuo e irregular, sustentado pela contingência e deslocamento, além de pautado em restos da linguagem, em *traces*.

### **Tradução nas políticas de currículo**

Na tentativa de uma síntese que se sabe impossível, concluímos que a recontextualização opera com a ideia de que a reinterpretação – ou a flutuação de sentidos e deslizamento de interpretações – é desenvolvida no movimento de um contexto a outro, como se o contexto – físico, simbólico – fosse capaz de estabilizar os sentidos. Há uma interpretação estabilizada em um dado fundamento original que se transforma em outra interpretação estabilizada pelo processo de transferência físico/ simbólico, não chegando a constituir uma desestruturação ou uma mudança de centro da estrutura.

Na recontextualização por hibridismo, tal como compreendida por Ball e operada em estudos de políticas de currículo, é significativamente ampliado o escopo da reinterpretação, bem como se retira o caráter negativo conferido ao ato de reinterpretar – certo senso de perda dos sentidos originais. Mas ainda é concebido um movimento de reinterpretar associado à transferência de textos entre contextos, restando, por vezes, alguma noção de origem da significação ou sentidos primordiais. Permanece certa ideia de mistura em que as partes podem ser identificadas como interpretações fixas que se interpenetram.

Operar com a noção de *tradução*, e não de recontextualização ou transferência, compromete a investigação com a compreensão dos *jogos de linguagem* ou campos discursivos que compõem o cenário da investigação (um *texto*); abre ao compromisso de neles sinalizar a *indecidibilidade* que permite *desconstruir* tanto a lógica de se pensar o social e tentar ordená-lo com a política, quanto, igualmente, a lógica não distinta que tem dado sustentação à investigação neste campo.

Se na análise por meio da noção de recontextualização o investigador busca entender

como os sentidos se modificam de um contexto a outro, como os sentidos se mesclam e deslizam, na análise da tradução as perguntas se modificam. São analisados os efeitos de sentido produzidos e capazes de criar um dado contexto e mesmo uma comunidade em torno dos novos sentidos produzidos. Pelo foco na recontextualização, por vezes visamos entender como sentidos são constituídos em dado contexto institucional, de maneira a se modificarem de uma instituição a outra: da universidade para as escolas, por exemplo<sup>11</sup>. Na análise da tradução derridiana é importante considerar que uma instituição é também a estrutura de nossa interpretação (DERRIDA, 1999), a qual se dissemina discursivamente em diferentes espaços sociais. Investigar as condições de possibilidade e de impossibilidade dessa interpretação faculta-nos entender os sentidos da tradução e seus efeitos. A leitura é um efeito produzido por um dado modo de ler instituído (BOWMAN, 2007) e esse modo instituído produz uma comunidade de sujeitos em torno dessa instituição.

Em outro nível, a questão que se coloca é a diferença entre as ideias de *contexto* e de *política* na perspectiva discursiva e aquelas concebidas na noção de recontextualização. Se na recontextualização, a política é decorrente da inter-relação de sentidos de *contextos* diferenciados e constituídos na dinâmica dos interesses e possibilidades políticas dos atores sociais, para a teoria do discurso a política é o que resulta dos efeitos políticos (ontológicos) de conferir sentido ao social, sedimentando provisoriamente este terreno marcado pela sobredeterminação (LACLAU, 2011a). O *contexto*, por sua vez, é um sistema que subverte identidades diferenciais frente ao excesso de sentidos inerente ao social, aquilo que é suposto como necessário para fechar a significação.

Na tradução, a circulação do significante não tem origem nem fim, o processo é incessante. Na busca em fixar uma interpretação na pesquisa, operamos em vários momentos como se fosse possível interromper o processo, fixar uma possível significação a partir da qual a análise se torna possível, tirar como que uma fotografia que expresse de alguma forma um ponto a partir do qual se sucede a análise, com todas as opções violentas, com toda parcialidade, prioridades e negligências, que levam a uma fotografia, a uma forma de apreender determinada problemática de pesquisa. O mesmo se dá quando se inventa uma origem a partir da qual se faz uma história: analisar as contingências dessa escolha é uma das formas de tentar escapar aos limites que a própria definição impõe. Ou ainda entender os pontos nodais que produzem uma aparente estabilização do sentido e da estrutura de interpretação fazendo com que ela pareça ser natural, permanente, obrigatória e, por isso, hegemônica. Assim a estrutura da interpretação se institucionaliza, sustentada pelas demandas que são articuladas em torno dessa instituição.

As políticas de currículo são então investigadas tendo em vista identificar as demandas curriculares articuladas na construção de uma dada estrutura interpretativa. Todas as regras com as quais a política de currículo tenta controlar o caráter político (instituinte) do currículo são supostas como sofrendo mudanças constantes no próprio ato de serem aplicadas. Se na hegemonia de dada política de currículo habita a indecidibilidade, desconstruir essa política implica evidenciar esse caráter indecidível. Sua objetividade não é essencial nem racionalmente obrigatória, é decorrente de decisões contextuais. Explorar as condições que favorecem dada interpretação contextual, sem estabelecer que os sentidos

são devedores de alguma prévia leitura obrigatória, pode ser produtivo para o entendimento dos processos de tradução. Os limites de um imaginário sócio-político que hegemoniza certos discursos não fazem cessar as iterações, nem bloqueiam possibilidades de que novos sentidos sejam disseminados.

É nesta direção que se coloca a teoria do discurso ao se apropriar do registro derridiano. O foco é entender como decisões em terrenos indecidíveis constituem uma hegemonia – discursos, simultaneamente práticas e linguagem – e, dessa forma, significam o sujeito que decide (LACLAU, 1998). Mas não é possível perder de vista o movimento, a precariedade, enfim, a indecidibilidade que permanece habitando a decisão (DERRIDA, 1998). Nesse movimento, cabe considerar que a tradução se dá sobre o intraduzível. Não parte de uma amostra, não reproduz, ela produz outra coisa, acontece outra coisa. Derrida (2001b) considera que o idioma jamais é apropriado pela língua e que, ainda que julguemos estar falando a mesma língua, estamos apenas idiomatizando de forma diferencial na relação com o outro, na negociação com a diferença. Coloca, assim, a perspectiva de que nossas produções são uma tentativa de contato artesanal com a língua, a partir dos diferentes idiomas de cada um. É ter em vista que nossas apreensões não dizem toda a verdade sobre as possibilidades da política curricular, de um professor, escola, aluno, conhecimento, mas são também produções/traduições sobre determinada problemática, sobre um nome. Para o filósofo, é justamente o idioma o que não pode ser apropriado pela língua e que resiste à tradução. A tradução, concordando com Ottoni (2003), é reiterada aqui como abertura à alteridade ou, de outro modo, como impossibilidade de resistência à alteridade, aquilo que faz a política curricular acontecer na contingência, (deixar de) ser provisoriamente alguma coisa. Por esta razão, Ottoni (2003) coloca que na tradução, entendida como desconstruções, não há fidelidade à determinada origem, mas responsabilidade instalada na tarefa de traduzir o intraduzível. Produzir sobre aquilo que não se pode apreender, pensar que o que fazemos com nossas investigações sobre a política curricular é eminentemente, na busca por desconstruir as hegemonizações como tentativas de estabilização (da produção de conhecimento, da escola, da formação de professores, das disciplinas escolares), produzir sentidos para as políticas, leituras sobre a política, produzir a política com nossas impressões, concepções, construções teóricas e estratégicas de investigação. Responsabilidade acionada pelo reconhecimento de nunca podermos dar conta de tudo (responder a todas as interpelações, racionalizar sobre tudo, apreender todo o sentido/significado do texto da política, do contexto). O que se faz, a todo o tempo, então, é diferencialmente traduzir, iterar, inscrever-se na (cena da) escritura, é focalizar os contextos de produção de sentidos para as políticas, tendo em vista que nos é vetada a possibilidade de acesso ‘ao’ significado e consentida, via iteração, a oportunidade de produzir sentidos sobre estes contextos, fundando outros. É poder (ou precisar) fazer jogadas em um jogo cujas regras são desconhecidas à história, à razão e ao cálculo.

## Notas

- <sup>1</sup> Para uma análise do caráter estruturalista da obra de Bernstein, ver Atkinson (1995) e Sadovnik (1995).
- <sup>2</sup> Fazemos referência apenas aos trabalhos em nosso grupo de pesquisa, na medida em que são suficientes para a argumentação aqui desenvolvida, correlacionada ao movimento teórico no âmbito do grupo. Mas não podemos deixar de registrar que outros grupos de pesquisa operam com a noção de recontextualização por hibridismo, com foco nas políticas de currículo ou em outras questões curriculares. Ver, por exemplo, Barreto (2008), Lima, I. (2006), Lima, L. (2008).
- <sup>3</sup> Para uma leitura sobre como Ball analisa sua apropriação de Foucault, ver Ball (2013).
- <sup>4</sup> Atkinson (1995) e Sadovnik (1995) não deixam de registrar as aproximações entre o pensamento de Bernstein e Foucault, por meio do entendimento de que ambos analisam a regulação sobre o sujeito realizada pelo discurso e salientam os vínculos entre poder e regulação.
- <sup>5</sup> Este é um movimento que também Ball aponta em seus últimos trabalhos (ver, por exemplo, Ball *et al.*, 2011, 2012) por referência aos estudos de Lendvai e Stubbs (2007) que têm por propósito questionar os modelos de transferência nas políticas com base em uma sociologia da tradução. Foge ao escopo deste texto analisar a noção de tradução dessa proposta, mas vale salientar que Ball e colaboradores ainda permanecem se referindo à recontextualização e separam, para fins heurísticos, interpretação (racional e estratégica) e tradução (realista e tática). Igualmente, define esta última como um processo iterativo de fazer textos, colocando a política em ação, tal como em uma representação teatral ou em uma performance (*enactment*), usando procedimentos textuais e práticos os mais diversos. A esse enfoque, Ball e colaboradores denominam teoria da atuação (*theory of enactment*). Sua análise se diferencia da que aqui se apresenta, mas permanece a preocupação comum em tornar mais complexa a análise das políticas, tendo em vista a concepção de política como tomada de decisões e produção de significados. Para uma análise da teoria da atuação, ver Lopes (2013).
- <sup>6</sup> Entendemos com Derrida (2005, p. 45-46) que “a textualidade, sendo constituída de diferenças e de diferenças de diferenças, é por natureza absolutamente heterogênea e compõe sem cessar com as forças que tendem a anulá-la”.
- <sup>7</sup> Derrida (2008) ressalta, na análise de Pierre Aubenque (*Le problème de l'Être chez Aristotele*), que Aristóteles qualifica como símbolo a relação da linguagem às coisas. Trata-se da “etapa da transparência” (p. 14).
- <sup>8</sup> Destacamos que esta noção de performance se diferencia das leituras mais usuais de performance difundidas no Brasil a partir da própria leitura de Ball sobre a cultura da performatividade.
- <sup>9</sup> Para Derrida (1991a), o rastro/*trace* não é uma presença, mas o simulacro de uma presença que se desloca, se transfere, se reenvia, ele não tem propriamente lugar, o apagamento pertence a sua estrutura. Não apenas o apagamento que sempre deve poder surpreendê-la, sem o qual ela não seria rastro, mas indestrutível e monumental substância, mas o apagamento que desde o início o constitui como rastro, que o instala na mudança de lugar e o faz desaparecer na sua aparição, sair de si na sua posição.
- <sup>10</sup> O performativo para Austin pressupõe um indivíduo capaz de ter consciência dos significados que atribui às performances e desconsidera a hipótese de que a performance pode falhar (WOLFREYS, 2009).
- <sup>11</sup> Interessante como a noção de transposição didática também se desenvolve segundo essa mesma lógica, ainda que seja devedora de propósitos interpretativos e focos de investigação distintos.

## Referências

- ABREU, Rozana Gomes de; LOPES, Alice Casimiro. A comunidade disciplinar de ensino de Química na produção de políticas de currículo. In: Maria Inês Rosa Petrucci; Adriana Vitorino. (Org.). *Educação Química no Brasil: memórias, políticas e tendências*. Campinas: Átomo, 2008, p. 41-62.
- APPADURAI, Arjun. *La modernidad desbordada – Dimensiones culturales de la globalización*. Buenos Aires: FCE, 2001.
- ATKINSON, Paul. From Structuralism to Discourse: Bernstein's Structuralism. In: ATKINSON, Paul, DAVIES, Brian & DELAMONT, Sara. *Discourse and reproduction – essays in honor of Basil Bernstein*. New Jersey: Hampton, 1995.



- BALL, Stephen J. *Education reform – a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BALL, Stephen J. Big policies/small world: an introduction to international perspectives in education policy. *Comparative education*, v. 34, n. 2, p. 119-30, 1998.
- BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. *Currículo sem Fronteiras*, dez., v. 1, n. 2, pp. 99-116, 2001. Disponível em <http://www.curriculosemfronteira.org/volliss2articles/ball.pdf>
- BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar. *Educação & Sociedade*. v. 25, n. 89, pp. 1105-1126, set/dez, 2004. Disponível no site: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) .
- BALL, Stephen J. *Foucault, power and education*. London, Routledge, 2013.
- BALL, Stephen J. and BOWE, Richard. Subject departments and the ‘implementation’ of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.
- BALL, Stephen J., BOWE, Richard & GOLD, Anne. *Reforming education & changing school: case studies in policy sociology*. Londres – New York: Routledge, 1992.
- BALL, S., MAGUIRE, M. & BRAUN, A. *How schools do policy - policy enactments in secondary schools*. Londres: Routledge, 2012.
- BALL, Stephen J., MAGUIRE, Meg, BRAUN, Annette & HOSKINS, Kate. Policy subjects and policy actors in schools: some necessary but insufficient analyses, *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, 2011, 32:4, 611-624.
- BARRETO, Edna. *Mediações e Produção de Sentidos em Políticas de Currículo: Os Contextos de Construção da Política de Ciclo na Experiência da Escola Cabana*. Niterói: UFF, 2008 (Tese de Doutorado).
- BEARDSWORTH, Richard. *Derrida y lo político*. Buenos Aires: Prometeo, 2008.
- BERNSTEIN, Basil. *A Estruturação do Discurso Pedagógico: Classe, Códigos e Controle*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BERNSTEIN, Basil. *Pedagogía, control simbólico e identidad*. Madrid: Morata, 1998.
- BOWMAN, Paul. *Post-marxism versus cultural studies – theory, politics and intervention*. Edinburgh, Edinburgh University, 2007.
- DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa e Antonio Magalhães. Campinas: Papyrus, 1991a.
- DERRIDA, Jacques. *Limited INC*. Campinas: Papyrus. 1991b.
- DERRIDA, Jacques. 'Eating well', or the calculation of the subject: an interview with Jacques Derrida". In: Eduardo Cadava, Peter Connor & Jean-Luc Nancy (Eds.), *Who comes after the subject?* London: Routledge, 1991c. pp. 96-119.
- DERRIDA, Jacques. Notas sobre desconstrucción y pragmatismo. In: Mouffe, Chantal (Org). *Desconstrucción y pragmatismo*. Buenos Aires, Paidós, 1998, p. 151-169.
- DERRIDA, Jacques. *O olho da universidade*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- DERRIDA, Jacques. *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001a.
- DERRIDA, Jacques. La langue n'appartient pas – Entretien avec Jacques Derrida. In: *Europe*, nº 861/862, jan/fev, p.81-91, 2001b.
- DERRIDA, Jacques. *A Farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- DERRIDA, Jacques. *Torres de Babel*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- DERRIDA, Jacques. *Força de lei – o “fundamento místico da autoridade”*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

- DIAS, Rosanne Evangelista. A recontextualização do conceito de competências no currículo da formação de professores no Brasil. *Revista Teias* (UERJ. Online), v. 9-10, p. 1-12, 2004.
- DIAS, Rosanne Evangelista. Produção de políticas curriculares para a formação de professores. In: LOPES, Alice Casimiro e outras (orgs.). (Org.). *Políticas educativas e dinâmicas curriculares no Brasil e em Portugal*. Petrópolis / Rio de Janeiro: DP et Alii e Faperj, 2008, v., p. 215-232
- FISH, Stanley. E. With the Compliments of the Author: Reflections on Austin and Derrida. In: *Critical Inquiry*. 8, p. 693-721, 1982.
- FOUCAULT, Michael. *The archaeology of knowledge*. London: Tavistock, 1977.
- LACLAU, Ernesto. Desconstrucción, pragmatismo y hegemonia. In: Mouffe, Chantal (org). *Desconstrucción y pragmatismo*. Buenos Aires, Paidós, 1998, 8p. 97-136.
- LACLAU, Ernesto. *Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2000.
- LACLAU, Ernesto. Construir la universalidad. In.: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. *Contingencia, hegemonía, universalidad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011a.
- LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011b.
- LACLAU, Ernesto. Power and representation. In: Poster, M. *Politics, Theory and Contemporary Culture*. New York, Columbia University Press, p. 277-297, 2003.
- LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. *Hegemony and socialist strategy*. Londres: Verso, 2011.
- LENDVAI, N.; STUBBS, P. Policies as translation: situating trans-national social policies. In: HODGSON; S. M.; IRVING, Z. *Policy reconsidered: meanings, politics and practices*. Bristol: Policy Press, 2007. p. 173-189.
- LIMA, Idelsuite. *O currículo no plural: políticas, práticas, culturas escolares*. Campinas: Unicamp, 2006. (Tese de Doutorado).
- LIMA, Letícia. *As contribuições de Stephen Ball para a pesquisa educacional brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008 (Dissertação de Mestrado).
- LOPES, Alice Casimiro. Parâmetros curriculares para o ensino médio: quando a integração perde seu potencial crítico. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. (Org.). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, v. 1, p. 145-176.
- LOPES, Alice Casimiro. Políticas de currículo: continuidade ou mudança de rumos? *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, 2004a, p. 109-118.
- LOPES, Alice Casimiro. Políticas de currículo: mediação por grupos disciplinares de ensino de ciências e matemática. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. (Org.). *Currículo de ciências em debate*. Campinas: Papirus, 2004b, v. 11, p. 1-20.
- LOPES, Alice Casimiro. Política de currículo: recontextualização e hibridismo. *Currículo sem Fronteiras*, v. 5, n.2, p. 50-64, 2005. Disponível em: [www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org)
- LOPES, Alice Casimiro. *Políticas de integração curricular*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.
- LOPES, Alice Casimiro. Políticas de currículo: questões teórico-metodológicas. In: Alice Casimiro Lopes; DIAS, Rosanne E.; ABREU, Rozana. (Org.). *Discursos nas políticas de currículo*. Rio de Janeiro: Quartet Editora / Faperj, 2011, v. 1, p. 19-44.
- LOPES, Alice Casimiro. Analisando a teoria da atuação de Stephen Ball. Texto apresentado no Seminário *As contribuições de Stephen Ball para a pesquisa educacional brasileira*. Campinas, Unicamp, 04 de outubro, 2013.
- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Contribuições de Stephen Ball para o estudo das políticas de currículo. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011a.

- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Teorias de currículo*. São Paulo: Cortez, 2011b.
- MARCHART, Oliver. *Post-foundational political thought: political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.
- MATHEUS, Danielle; LOPES, Alice Casimiro. O processo de significação da política de integração curricular em Niterói, RJ. *Pro-Posições* (UNICAMP. Impresso), v. 22, p. 173-188, 2011.
- MELLO, Josefina. Políticas de currículo: sentidos produzidos em escolas de formação de professores. In: LOPES, Alice C.; DIAS, Rosanne E.; ABREU, Rozana G.. *Discursos nas políticas de currículo*. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.
- NASCIMENTO, Evando. *Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- OLIVEIRA, Ana de; LOPES, Alice Casimiro. O contexto da prática nas políticas de currículo. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. (Org.). *Políticas de currículo no Brasil e em Portugal*. Porto, Portugal: Profedições, 2008, v. 1, p. 31-54.
- OLIVEIRA, Ana de; LOPES, Alice Casimiro. A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso. *Cadernos de Educação/FaE/PPGE/UFPEL*. Pelotas [38], janeiro/abril 2011, p. 19 – 41.
- OTTONI, Paulo Roberto. Semelhanças entre uptake e trace: considerações sobre tradução. *DELTA* [online]. 1997, vol.13, n.2.
- OTTONI, Paulo. A responsabilidade de traduzir o in-traduzível: Jacques Derrida e o desejo de [la] tradução. *DELTA*, 2003, vol.19, n.º. Especial, p.163-174.
- SADOVNIK, Alan R. Basil Bernstein's Theory of Pedagogic Practice: a structuralist approach. In: SADOVNIK, Alan R (ed.). *Knowledge and Pedagogy – the sociology of Basil Bernstein*. New Jersey: Ablex, 1995.
- SILVA, Denys B. R. da; LOPES, Alice Casimiro. Competências nas políticas de currículo: recontextualização pela comunidade disciplinar de ensino de Física. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 7, p. 1-20, 2007.
- TURA, Maria de Lourdes. A recontextualização por hibridismo na prática pedagógica da disciplina Ciências. *Currículo sem Fronteiras*, v. 9, p. 133-148, 2009.
- WOLFREYS, Julian. *Compreender Derrida*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

### **Correspondência**

**Alice Casimiro Lopes** – Doutora em Educação, Professora do Proped/UERJ.

**E-mail:** alice@curriculo-uerj.pro.br

**Erika Virgílio Rodrigues da Cunha** – Doutoranda do Proped/UERJ, Professora Assistente da UFMT.

**E-mail:** erikavrcunha@cpd.ufmt.br

**Hugo Heleno Camilo Costa** – Mestre em Educação pelo Proped/UERJ, professor substituto na Faculdade de Educação da UERJ.

**E-mail:** hugoguimel@yahoo.com.br

---

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização dos autores.

---